



BOLETIM

OBSERVATÓRIO

*da diversidade*

CULTURAL

ADVERSIDADE CULTURAL ?  
racismo, machismo,  
e outras expressões  
culturais autoritárias

V72, N.08.2017 - SETEMBRO 2017  
ISSN 2526-7442

## REALIZAÇÃO



Grupo de Pesquisa  
Observatório da  
Diversidade Cultural

## PARCEIROS



UNIVERSIDADE  
DO ESTADO DE  
MINAS GERAIS

Programa de  
Pós-Graduação  
em Artes



PUC Minas

Programa de  
Pós-Graduação  
em Comunicação Social



OBSERVATÓRIO

*da diversidade*

CULTURAL

**BOLETIM DO OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL**

ADVERSIDADE CULTURAL? RACISMO, MACHISMO  
E OUTRAS EXPRESSÕES CULTURAIS AUTORITÁRIAS



# SUMÁRIO

---

- 06 OS PERIGOS DE DISCURSOS IMPENETRÁVEIS  
PARA AS POLÍTICAS IDENTITÁRIAS  
Por Carlos Vinícius Lacerda
- 14 FESTA BLACK SOUL: A MEDIAÇÃO EM ARTE, CULTURA E  
EDUCAÇÃO RELATO DE UM CASO DE PROPOSIÇÃO NA ESCOLA  
Por Alisson Rosa
- 19 ALGORITMOS QUE DISCRIMINAM  
Por Pedro Vasconcelos Costa e Silva
- 26 'ARENAS PÚBLICAS DIGITAIS': A VISIBILIDADE DAS DIFERENÇAS E DA INTOLERÂNCIA  
Por Giordana Santos
- 32 ASSÉDIO SEXUAL É UMA REALIDADE NA VIDA PROFISSIONAL DAS MULHERES  
Por Júlia Roscoe, Laura Brand e Luiza Couto
- 42 SOBRE OS COLABORADORES DESTA EDIÇÃO
- 44 SOBRE O OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL
- 46 SOBRE O BOLETIM DO OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL

# OS PERIGOS DE DISCURSOS IMPENETRÁVEIS PARA AS POLÍTICAS IDENTITÁRIAS

Carlos Vinícius Lacerda

No fim da apresentação da peça teatral “Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu”, no dia 7 de outubro, a atriz Renata Carvalho cumprimenta a plateia com olhar feliz e emocionada. Na capital mineira, ela pode encenar a dramaturgia da peça assinada pela britânica Jo Clifford, um monólogo no qual Jesus é uma travesti e narra alguns casos bíblicos, como “O Filho Pródigo” e a “Semente da Mostarda”. Em Jundiaí/SP, após protestos, a peça foi cancelada.

Terminados os recados e agradecimentos, Renata salienta que manifestação é válida e que o fato de podermos conviver com a intolerância religiosa de forma pacífica evidencia traços positivos da democracia. Os dizeres são endereçados: a artista fazia referência a um grupo de pessoas que manifestava contra a realização da obra cênica na porta da Funarte, local onde aconteceu o Ocupação Transarte – festival de manifestações artistas, como teatro, e debates voltados para promoção e discussão da diversidade, principalmente em relação aos LGBTs, em Belo Horizonte.

O grupo era composto por cerca de quinze pessoas. Algumas ajoelhadas, outras segurando cartazes. Todas amordaçadas com tecido vermelho. Rezavam sem parar e olhavam fixamente para o além. Pareciam não querer encarar as pessoas que chegavam para retirar os ingressos para assistir à peça. Estavam ali integrando a onda de censura reacionária vista em diversos locais do Brasil contra obras artísticas. Os religiosos pediam respeito à figura basilar de sua crença.

Mas, voltemos ao fim da peça no momento em que a atriz ressalta que a manifestação “é válida” e que “é importante para a democracia”. Assim que termina de proferir as palavras que anunciavam o fim dos agradecimentos, uma voz precisa e em tom alto e agudo surge e proclama: “Ah, não, eu acho isso fascismo”. Quem faz a provocação é Teuda Bara, renomada atriz do grupo Galpão. Ao olhar a plateia, fica fácil notar que algumas pessoas concordam com a réplica ao balançar a cabeça, outras não manifestam opinião com o semblante, provavelmente ainda absortas pelo conteúdo da peça.

Embora a contestação tenha sido amistosa, ela ilustra como o discurso interno entre integrantes de grupos minoritários é pautado não apenas pelo consenso. A discrepância de opiniões e concepções em relação às práticas políticas no seio dos movimentos sociais é vista como uma possibilidade de reunir demandas singulares para a construção de políticas coletivas. É a possibilidade de viver a diferença e dela fomentar traços políticos de amplitude plural, porém sempre com o objetivo de integrar o sujeito excluído a vida pública em igualdade. Assim, são estabelecidos laços entre esses integrantes por meio de demandas em comum.

A noção de laços sociais é estudada por vários filósofos e sociólogos. Entre eles, temos a concepção pós-estruturalista de Ernesto Laclau que, em sua construção de conceitos e relações para refletir sobre o populismo, constitui um pensamento para explicitar a formação de identidades coletivas e considera o grupo como a unidade básica para sua análise social.

Profundo estudioso de Freud, Laclau faz elaborações sociais sobre o laço social o comparando ao laço libidinal. Para o estudioso argentino, ambos são formados a partir de pulsões de amor e, assim como a história do complexo de Édipo, apontam para três direções: para o pai, para objeto amor e para um sujeito com o qual partilha uma qualidade em comum, que não necessariamente está ligada a pulsões sexuais. “Esta última ocorrendo entre os membros de um mesmo grupo; quanto mais significativa é esta qualidade mais forte se dá a identificação que corresponde ao começo de um novo laço” (MARON, 2012, p. 61). Ou seja, há um componente afetivo na formação desse laço cujo nascimento, de acordo com essa perspectiva, é perpassado por processos de identificação, de investimento amoroso, de carinho, amizade, admiração etc.

Laclau prossegue sua densa explanação sobre o populismo e chama de demanda social como unidade básica para formação de um grupo e definidora da constituição de um povo. É por meio dessas demandas que sujeitos se aproximaram e, também, criaram laços baseados em volição comum que podem ser relacionados, por exemplo, à reclamação de uma rua com buracos, lutas por igualdade de direitos, etc. Dessa forma, estabelecem aquilo que ele chama de articulação de



equivalência, ou seja, há um paralelismo entre o desejo político de dois ou mais indivíduos sobre determinada questão social que provoca uma aproximação entre eles. No caso do encerramento da peça de teatro, embora não seja dito, fica claro que ambas as atrizes pleiteiam a liberdade de manifestação artística em consonância com a liberdade de expressão e que, também, estão de acordo com relação à necessidade de lutar e resistir a favor dos direitos de existir e dos direitos da minoria LGBT<sup>1</sup>.

Dando continuidade à teoria de Laclau, essa articulação é base para a criação do populismo que, entre outros fatores, é uma força contra a instituição, que “nunca são entidades neutras; ao contrário, representam a cristalização de relações de força entre os grupos, uma situação de equilíbrio temporário entre eles” (LACLAU, 2013, p. 241). Quando as demandas não atendidas se acumulam, o sistema institucionalizado começa a enxergá-las de modo diferenciado e assim nasce a relação de equivalência entre elas.

À pluralidade de demandas que podem e surgem de um determinado grupo de pessoas, por meio dessa articulação de equivalência, o autor denomina como demandas populares. Essas demandas populares levam indivíduos da sociedade a se reunirem de maneira a desenvolver estratégias que possibilitem, por meio de mobilização política, a institucionalização de suas demandas.

Essa mobilização na atualidade, no entanto, perpassa outros contextos, além das demandas em comum, como aponta o cientista social Antonio Engelke, no artigo “Pureza e Poder – Os Paradoxos da Política Identitária”. Embora tenha um caráter progressista, o texto opera

<sup>4</sup> Embora as siglas LGBT, LBTT e LBTTQ+ e outras variações sejam utilizadas como sinônimos, cada uma delas agrega uma letra representante de uma orientação sexual e/ou identidade de gênero como forma de abarcar toda a diversidade que compõe essa minoria. Para este artigo, no entanto, será utilizado a sigla LGBT por ser a sigla com maior alcance nas esferas sociais. Com isso, o trabalho não menospreza todas manifestações para além da sigla, pelo contrário: entendemos que as siglas, mesmo distintas, compartilham o objetivo comum de abarcar a minoria social referida em toda sua complexidade. Ademais, acreditamos que nenhuma sigla é capaz de integrar completamente as variações e nuances relacionadas aos espectros da sexualidade e da identidade de gênero

em uma seara sinuosa, complexa e altamente reativa ao analisar as contradições discursivas na prática política identitária, considerando que ela faz uso da noção radical de democracia, mas que, em alguns momentos, comporta-se de maneira a fomentar movimentos que contestam a própria democracia. Ele faz isso utilizando-se de expressões-âncoras amplamente usadas e absorvidas na cultura popular de resistência brasileira, como “lacre”, lugar de fala e de apropriação cultural.

Cuidadoso, Engelke é detalhista em suas explicações e, principalmente, pendula suas observações sem punições. Para exemplificar seu trabalho nesse artigo, falaremos aqui sobre sua concepção de lugar de fala. Logo no início, o autor diz que a noção do termo “surgiu para afirmar que o conteúdo de um discurso não pode ser avaliado apenas em si mesmo, sem que observemos as condições materiais e simbólicas da enunciação” (ENGELKE, 2017, p. 41). Para o autor, essa noção é importante à medida que proporciona o enunciador a questionar privilégios e a apontar assimetrias sociais.

Atualmente, sustenta Engelke, o sentido da noção de lugar de fala ocupa diversos lugares de significado. Mas, principalmente, faz uma analogia à vivência e à experiência do sujeito-enunciador como fonte para compreensão cultural da disparidade vivida por sujeitos integrantes de classes minoritárias. Grosso modo, por exemplo, não cabe a um homem defender os movimentos feministas, muito menos um homem branco falar sobre racismo ou um estudioso acadêmico ateu defender as religiões de matriz africana.

Além de apontar que o que experimentamos não confere, necessaria-



mente, inteligibilidade compreensiva sobre uma questão social, Engelke ressalta um ponto importante e comumente fonte de debates no meio acadêmico. “Paradoxalmente, a experiência pode ser ao mesmo tempo uma condição para o conhecimento e um obstáculo à sua obtenção, pois é também o excesso de proximidade ou familiaridade que introduz problemas à nossa capacidade de compreensão”. (ENGELKE, 2017, p. 41).

É traçada, como aponta o autor, uma relação inconfundível entre experiência e compreensão e é aí que pode morar uma armadilha: descartar, ou melhor, silenciar outras perspectivas por não estarem legi-

timadas pelo lugar de fala. Ao fazer isso, movimentos e sujeitos que clamam o lugar de fala como fonte única para serem ouvidos, comenta Engelke, comportam-se similarmente como grupos hegemônicos que faziam uso de uma noção universalista para alegar a incapacidade do subalterno de falar por si, e agora recorrem a estratégias essencialistas para negar voz ao outro.

Assim, ele aponta três tipos de interação como presentes no discurso do lugar de fala, quais sejam: (i) falar pelo subalterno seria um ato de violência simbólica; (ii) falar do subalterno pressupõe um distanciamento e falta de conhecimento e (iii) falar com o subalterno refere-se a um cruzamento de horizontes, uma possibilidade de se deixar afetar pelo outro. A recusa desse último “sinaliza o fechamento autorreferido do indivíduo ou grupo subalterno em torno de si mesmo”. (ENGELKE, 2017, p. 42).

Dessa forma, é criado um discurso cujo conteúdo está baseado no poder do enunciador, excluindo todo o entorno, tal qual fazem os discursos hegemônicos.

As lutas contra o racismo, o machismo e a homofobia correm o risco de perder boa parte de sua força se forem enquadradas e compreendidas não como pressupostos civilizacionais, mas como movimentos estratégicos da batalha pela redistribuição de poder. (ENGELKE, 2017, p. 42).

No exemplo inicial, mostramos um caso corriqueiro e brando de dissonância entre sujeitos de grupos minoritários que apresentam de-

mandas em comum na luta contra o sistema institucionalizado. Essa discordância, no entanto, aponta aspectos do contexto atual dos discursos subalternos que criam ecologias internas as quais, à primeira vista, insinuam um equilíbrio, mas que merecem reflexão sobre o meio de atuação.

Ao reivindicar condições de igualdade na sociedade, grupos minoritários devem estar atentos sobre a forma como os seus discursos são legitimados e se as relações de poder em torno de sua constituição não corroboram para a formação de discursos impenetráveis, que silenciam o outro. Não se trata, aqui, de questões relacionadas à dicotomia “certo ou errado”, vale salientar, mas da criação de um paradoxo: lutar pela possibilidade de existir na diferença, sem possibilitar a diferença. Façamos barulho, gritemos, mas não deixemos de escutar o outro.

#### Referências

ENGELKE, Antonio. **Pureza e Poder – Os Paradoxos da Política Identitária**. Piauí. São Paulo, 132, p. 40-45, setembro, 2017.

LACLAU, Ernesto. **A Razão Populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

MARONS, William Mac-Cormick. **Resenha de “La Razón Populista”**. In: Revista Digital AdVerbum 7 (1): Jan a Jul de 2012: pp. 60-62.

# FESTA BLACK SOUL: A MEDIAÇÃO EM ARTE, CULTURA E EDUCAÇÃO RELATO DE UM CASO DE PROPOSIÇÃO NA ESCOLA

Alison Rosa

Pelo que se percebe cotidianamente na escola, a música para os jovens possui um raio de alcance e importância cada vez maior. A rima rápida, nem sempre facilmente codificada, o alto volume, a diversidade de gêneros e a possibilidade de “viajar” para outras realidades, distantes das que não desejam estar, trazem aos aparelhos móveis e fones de ouvidos o poder de anestesiar anseios e projetar a autoimagem de seu grupo. Nos recreios, a maior diversão é a caixa de áudio para “colocar o som”, como dizem. Todos os dias, alunos de diferentes turmas disputam o lugar de “DJs” junto aos professores e ao diretor da escola.

Essas e outras observações alimentaram a ideia norteadora do projeto de Consciência Negra realizado junto às turmas de ensino médio da Escola Estadual Caminho à Luz. Desde 2003, com a aprovação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio, observa-se a criação de políticas que fortalecem o avanço da promoção qualificada dessa

discussão na escola, tendo no calendário escolar a comemoração da semana nacional da Consciência Negra, em referência ao dia 20 de novembro, data oficial da morte de Zumbi dos Palmares, em 1695. Todas as escolas da rede participam e cada professor referência de sua turma tem a incumbência de desenvolver um projeto junto aos alunos sobre tal temática. Propostas distintas se entrecruzam e se chocam. Durante a aula para planejamento do projeto, uma das turmas me questiona: “Fessô (sic), a gente tem que trazer alguma coisa de comer, pra todo mundo vir na nossa sala no dia. Pé de moleque, acarajé... Todo mundo tá fazendo”. Devolvo a questão com uma provocação: “Faremos mais uma mesa com pés de moleque? Para reforçar o lugar do negro somente na cozinha?” A turma faz um instante de silêncio. Um susto e um estranhamento. Respondem em som alto: “Não!”.

### **Mediar as formas de escuta: a festa-manifesto**

Os saberes reivindicam seus espaços de autoridade e poder, pelas suas próprias especificidades conceituais e metodológicas, mas podem coexistir, atravessarem-se. A contemporaneidade é dialógica. Os sujeitos não se condicionam mais, há tempos, às caixas que engessam perspectivas. Bernard Lahire, em seu tratado sobre as variações intraindividuais das práticas culturais e do gosto já demonstrou que um indivíduo, de qualquer faixa etária e lugar, pode ser muitas versões contextuais de si mesmo, ao mesmo tempo.

Nas aulas de História, como figura mediadora, integro a música como ingrediente para os estudos, pois, abre-se espaço para que as crianças possam ouvir e ver, naquilo que está tão presente, detalhes e mi-

núncias que na rapidez pueril da escuta atravessada, de pouca doação, não se percebe ou não se apreende. Um exercício de escutar com afeto, com presença. Uma “experiência”, no sentido larrosiano do termo.

A consciência negra foi e ainda é temática discutida por canções da música popular, não só brasileira. Críticas ao sistema escravista e à herança que ele deixou mundo afora, carregada a duras penas pela população negra, foram refletidas e analisadas, não somente por sociólogos, historiadores e economistas, mas também por artistas, que com o uso de suas pesquisas e linguagens de expressão, ao longo do tempo, instituíram espaços de debate e de embate.

Verdadeiros manifestos políticos, muitos ainda tocados nas rádios e que podem ser facilmente acessados. Em uma conjunção desses fatores, a Festa “Black Soul” foi planejada como atividade para ser compartilhada no sábado escolar destinado à ocupação da escola pela comunidade, na semana de comemoração nacional da Consciência Negra. As letras politizadas, o ritmo dançante e envolvente ativam os sentidos, não somente o da escuta. O que torna a canção uma forma de protesto de rápida recepção. Um discurso em forma de versos e sons. A noção de festa-manifesto, aplicada a essa atividade na escola, abriu espaço para a comunicação de ideias críticas, de maneira lúdica. Uma proposta de comemorar os avanços, mas também de lembrar que o preconceito racial ainda existe e que muitas transformações de mentalidade ainda se fazem necessárias, exaltando a beleza, a diversidade e a profundidade da produção artístico-cultural, tanto de artistas negros, envolvidos em movimentos de luta pela igualdade de direitos civis no decorrer da história, quanto de artistas não negros,



que por uma diversidade de contextos exercem em suas criações o direito de expor questões que também os afetam, inclusive a racial.

É esse tipo de encontro que projetos escolares como o descrito podem provocar. Propostas que valorizem a autoafirmação identitária, mas que acolham o diferente. Nesse caso, que também abordem a segregação racial de forma crítica, como um problema de todos, não somente da população negra. Vale destacar que, no Brasil, segundo dados do Censo de 2014 realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), apesar de os negros constituírem 54% da população, eles ainda ocupam o percentual de 76% da faixa econômica de pobreza e extrema pobreza. Esse cenário, que já foi pior tempos atrás, continua alimentando a indignação de compositores e intérpretes da canção popular brasileira.

Elza Soares, artista negra, uma das mais respeitáveis vozes da música contemporânea, ao interpretar a letra de Marcelo Yuka, Seu Jorge e Wilson Cappelletti, em “A Carne” (2002), canta:

A carne mais barata do mercado é a carne negra  
A carne mais barata do mercado é a carne negra  
    Que vai de graça pro presídio  
    E para debaixo do plástico  
Que vai de graça pro subemprego  
    E pros hospitais psiquiátricos  
    Que fez e faz história  
    Segurando esse país no braço  
O cabra aqui não se sente revoltado  
Porque o revólver já está engatilhado;

Em tempos de surgimento de infelizes projetos como o “Escola Sem Partido” - que tentam cercear a pluralidade, o direito de livre expressão e a laicidade do espaço escolar - professores que atuam como mediadores têm pela frente o desafio de agir provocando situações de ensino-aprendizagem que promovam o respeito à diferença, à autonomia na busca pelo conhecimento e à construção de leituras de mundo crítico-reflexivas, que permitam aos alunos interpretar as linhas tortas e o sutil apagamento feito por quem sempre ocupou o lugar de narrar a versão oficial da História.

Uma história é somente uma verdade. A partir dessa ação penso que a docência, como prática de mediação, pode ser entendida como o exercício da escuta do tempo do outro, daquilo para o qual o aluno encontra-se disposto a mergulhar. Nesse sentido, alinhar horizontes de expectativas (por parte de professores) e espaços de experiência (por parte dos alunos) torna-se, a meu ver, um dos principais desafios contemporâneos da educação.

Diferentemente do que defensores do projeto “Escola sem Partido” alegam, foi-se o tempo em que o professor falava e a turma o escutava em silêncio. A informação não é mais propriedade exclusiva do professor. A qualquer hora um aluno acessa a rede de dados móveis de seu celular, capturando uma enormidade de informações. Apropriar dessa possibilidade para fomentar uma educação crítica e cidadã é necessário. Compete ao professor/educador - sujeito da experiência, que se permite ser atravessado pelo encontro com o outro - alinhar todos esses elementos dispersos, em relações que estabeleçam experiências educativas transformadoras.

# ALGORITMOS QUE DISCRIMINAM

Pedro Vasconcelos Costa e Silva

Repercutem nas editorias de tecnologia, em trabalhos acadêmicos e nas redes sociais cada vez mais matérias que relacionam as tecnologias e os processos algorítmicos a debates emergentes do campo social. O sexismo, o racismo e a homofobia, presentes no cotidiano dos indivíduos e das instituições, aparecem refletidos em dados objetivos gerados por algoritmos que, ao serem utilizados para orientar o comportamento de softwares e robôs, acabam reforçando certos padrões e estereótipos, levantando um enorme debate acerca dos métodos científicos utilizados na programação dos chamados bots.

Recentemente, uma reportagem escrita pelo jornalista Javier Salaas e publicada na versão em português no site do jornal El País, movimentou esse debate nas redes sociais. A matéria intitulada “Se está na cozinha, é uma mulher: como os algoritmos reforçam preconceitos”<sup>1</sup> traz à tona um caso específico em que um robô treinado para identificar o perfil de pessoas em bancos de imagens acabou apresentando um resultado distorcido e enviesado.

<sup>1</sup> Visto em <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/19/ciencia/1505818015\\_847097.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/19/ciencia/1505818015_847097.html)>. Acesso em: 17 nov. 2017.

Para o treinamento dessa máquina, os cientistas da Universidade da Virgínia utilizaram dois grandes bancos de dados. Na amostra, os pesquisadores identificaram que 33% das pessoas presentes nas imagens que continham um ambiente relacionado a cozinha eram homens. Após o treinamento, os robôs trouxeram um resultado diferente em relação a mesma amostragem: para eles, 84 % das fotografias eram protagonizadas por mulheres.

Logo, os pesquisadores entrevistados pela reportagem chamaram a atenção para um fato curioso. As tecnologias baseadas nos bancos de dados são capazes de acentuar a discriminação, pois partem de dados enviesados, absorvem as tendências e produzem generalizações, mesmo que elas almejem resultados mais precisos.

Desse modo, neste pequeno texto procuro trazer, para o âmbito da discussão sobre a diversidade cultural, aspectos relacionados à natureza dessas tecnologias, que a cada semana apresentam novos casos de softwares que adquirem características racistas, sexistas e elitistas.

Embora essa não seja uma investida de viés puramente acadêmico, gostaria de trazer para o debate algumas questões introdutórias levantadas pelo sociólogo Langdon Winner (1986), que discute em um de seus textos a natureza política de artefatos tecnológicos. No artigo “Do artifacts have politics?”, traduzido para o português como “Os artefatos têm política?”, ele introduz a ideia de que as coisas técnicas têm qualidades políticas. Nesse sentido, afirma que as tecnologias não podem ser julgadas apenas por sua eficácia produtiva, pelos seus desdobramentos positivos ou negativos em relação ao

meio ambiente ou por suas qualidades puramente técnicas. O autor entende que as tecnologias devem ser, também, investigadas a partir dos modos pelos quais elas incorporam formas específicas de autoridade e de poder.

No desenrolar do texto, Winner (1986) apresenta inúmeros casos em que a tecnologia age diretamente no processo de exercício de autoridade e de poder. Seja operando na relação de trabalho entre patrão e operário, na relação entre governantes e governados, seja na dominação de uma classe sobre as outras. O autor utiliza exemplos de casos mais rudimentares e de casos mais complexos para apresentar a sua ideia a respeito das qualidades políticas inerentes às tecnologias. Um dos casos introdutórios é o do famoso arquiteto Robert Moses, que construiu estradas, parques e pontes em Nova Iorque durante os anos de 1920 e 1970. Anos após a sua morte, o biógrafo de Moses afirmou que o arquiteto planejou, propositalmente, alguns de seus viadutos que davam acesso ao parque de Long Island mais baixos. Desse modo, os ônibus ficariam impedidos de chegar ao local: aberto para todos, mas viável somente para os ricos.

O que a priori parecia uma decisão estética, escondia uma decisão classista. O viaduto, ao impossibilitar o acesso de quem dependia do transporte público, assumia características de quem o projetou, deixando de ser apenas uma armação de concreto para se tornar uma barreira social materializada.

O autor se debruça sobre outros casos em que a tecnologia é utilizada politicamente de formas mais abertas, como na luta de classes

nas fábricas. Ou de maneiras mais inesperadas e acidentais, como no caso da máquina de colher tomates desenvolvida por uma universidade no interior da Califórnia no final da década de 70, cujos desdobramentos acarretaram o fim de 32.000 empregos locais, gerando revolta dos cidadãos. Há ainda menção ao caso da Assistência Rural Legal da Califórnia, que processou a instituição por ter desenvolvido aquela tecnologia sem pensar nas suas consequências para os cidadãos.

Não precisamos ir longe para identificar medidas de todas as ordens que envolvem tecnologia e poder em nosso cotidiano. A tecnologia na saúde, na educação e na cultura transforma as relações sociais, embora normalmente essas transformações estejam atreladas aos valores hegemônicos de quem detém o poder econômico das patentes e do poder de desenvolvimento científico dessas tecnologias.

Partindo da ideia de Winner (1986), de que as tecnologias têm qualidades políticas, podemos e devemos discutir as características sexistas, racistas e classistas inerentes aos algoritmos e as máquinas orientadas por eles. Para isso, faz-se necessário apresentar alguns outros casos envolvendo bots e discriminação. Casos que também foram abordados pela matéria do El País e que contribuem para entendermos os motivos pelos quais questões teoricamente objetivas apresentam tantas distorções.

Às vezes, os algoritmos produzem e reproduzem uma violência na ordem do simbólico. Como no caso dos robôs que deduziram que, se uma pessoa está na cozinha, certamente ela é mulher. Em outros casos, essa tecnologia passa a ser institucionalizada e a produzir

efeitos diretos nas vidas das pessoas. Recentemente, ONGs dos Estados Unidos têm denunciado que programas utilizados pelo sistema judiciário apoiam-se em critérios racistas e que pessoas negras têm dois terços de chances a mais de serem condenadas com a utilização desses softwares. Além disso, dados de programas dessa mesma natureza são utilizados para justificar políticas de segurança pública, que acabam por criminalizar não só os negros, mas também as classes mais pobres.

O racismo talvez seja a forma de discriminação mais evidente e escancarada pelos processos algoritmos, uma vez que os dados que evidenciam a presença de preconceito extrapolam a frieza das estatísticas enviesadas e se relacionam diretamente com as características físicas, como o pigmento da pele negra. Isso foi identificado, recentemente, em um caso envolvendo o Google e o site de fotos Flickr, que estavam identificando automaticamente pessoas negras como gorilas em seu preenchimento de dados automáticos.

Dizer que as pontes feitas por Moisés são classistas, que os bots são sexistas ou que os softwares são racistas não significa inferir que tais tecnologias discriminam espontaneamente. Tampouco significa dizer que elas sempre são maquiavelicamente programadas para discriminar. Reconhecer as qualidades políticas dos algoritmos significa entender que os dados são enviesados e as tecnologias acentuam e escancaram processos intrínsecos à sociedade.

Os robôs já operam fortemente em nossas vidas e fazem parte do cotidiano de grande parte de nossas instituições. Recentemente, o tra-

dicional jornal The Washington Post divulgou o balanço de matérias publicadas por robôs durante os jogos olímpicos do Rio de Janeiro, matérias exclusivamente ligadas a dados ou serviços como o horário dos jogos, os resultados e os locais das competições. Assim, os algoritmos são responsáveis por filtrar as informações que recebemos. A filtragem também reflete em nosso consumo de conteúdo. Por meio da recomendação algorítmica, os serviços de vídeo stream, como o Netflix, nos indicam o que assistir a partir do que demonstramos ser de nosso interesse. Desse modo, até a diversidade daquilo que consumimos passa a ser levemente direcionada por mecanismos de filtragem.

Para entender a dimensão desse fenômeno, de modo menos apocalíptico, é preciso entender as mudanças provenientes da tecnologia a partir de um viés construtivista: a tecnologia molda nossos comportamentos, mas também é moldada por nossas demandas. Embora, nesse texto, tenham sido apresentados casos alarmantes de discriminações acentuadas por processos algoritmos, prefiro pensar que, para cada exemplo de algoritmo enviesado existe uma ONG, um cientista ou um movimento social disposto a questionar os métodos e os softwares, denunciando os preconceitos que não são inerentes às coisas, mas introjetadas nelas pelos próprios indivíduos.

## Referências

EL PAÍS. Se está na cozinha, é uma mulher: como os algoritmos reforçam preconceitos. <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/19/ciencia/1505818015\\_847097.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/19/ciencia/1505818015_847097.html)>. Acesso em: 17 nov. 2017.



WINNER, Langdon; MANSO, Fernando (Trad.). Artefatos têm política? In \_\_\_\_\_. 1986. "The Whale and the Reactor – A Search for Limits in an Age of High Technology". Chicago: The University of Chicago Press. p. 19-39. Disponível em: <<http://www.necso.ufrj.br/Trads/Artefatos%20tem%20Politica.htm>>. Acesso em: 27 Set. 2017.

# ‘ARENAS PÚBLICAS DIGITAIS’: A VISIBILIDADE DAS DIFERENÇAS E DA INTOLERÂNCIA

Giordanna Santos

## Contextualizando

Habituada à escrita acadêmica, com seu rigor científico e normas de ABNT, venho me inspirando na minha mais recente leitura: o livro “As veias abertas da América Latina”, do escritor uruguaio Eduardo Galeano – conhecido por mesclar e ousar adaptar estilos de narrativas diversos, seja o jornalístico (de formação), o acadêmico (da profissão e da força do hábito) ou o literário (da paixão cotidiana pelas crônicas, ensaios e outras narrativas).

Seguindo esse desejo, estava prestes a iniciar este texto falando sobre um assunto recente e que teria um Projeto de Emenda Constitucional a ser votado em quatro de outubro por uma Comissão Especial<sup>1</sup>, na Câmara Federal. Tal projeto, a PEC 181/2015, prevê a ampliação da licença-maternidade em casos de parto prematuro, notícia excelente para as mulheres, além do reconhecimento de um direito.

Porém, o relator da Comissão, o deputado federal Jorge Tadeu (DEM-SP), incluiu em seu parecer uma proposta que altera os artigos 1º

<sup>1</sup> No dia 04 de outubro de 2017, durante sessão da Comissão Especial na Câmara Federal, na qual votaria a PEC, a pauta foi cancelada. Mais informações: <<http://www.camara.leg.br/internet/ordemdodia/ordemDetalheReuniaoCom.asp?codReuniao=49264>>

e 5º da Constituição e estende o direito à vida até a concepção. Um verdadeiro imbróglio ou como a Anistia Internacional<sup>2</sup> o está chamando, um “cavalo de Troia”, um “presente de grego”. Afinal, o referido relator utilizou-se de uma proposta original, que garantiria um direito às mulheres, e, “sorratamente”, como representante da chamada “bancada evangélica”, fez um adendo e incluiu a “inviolabilidade do direito à vida desde a concepção”, o que torna o aborto crime em quaisquer circunstâncias. Pauta polêmica que merece uma discussão ampla pela sociedade.

Em meu novo exercício de escrita abordaria esse tema: direitos das mulheres, citando diversos preconceitos, inclusive, a questão do aborto. No entanto, o caso de alteração do projeto exemplifica mais um acontecimento social que preocupa a muitos devido ao caráter de onda reacionária e intolerante. Nossos governantes e instituições públicas, que tradicionalmente apresentam mecanismos de colonialismo interno<sup>3</sup>, estão, em sua maioria, imersos na corrupção e em estruturas de poder corrompidas por interesses privados que se sobrepõem aos interesses coletivos, dentre outros problemas que acabam por gerar descrédito nas instituições e nos governantes.

Para completar minha indignação matinal, deparei-me (mais uma vez sobre a polêmica do Queermuseu e MAM-SP<sup>4</sup>) com um artigo opinativo (“Deu a louca nas mostras de cultura e ‘arte’”, de Percival Puggina<sup>5</sup>), que traz termos como “empreitada de destruir as bases da cultura ocidental” e “nem protege a arte”. Não farei análise do artigo, afinal, é a opinião do autor e creio que ainda nos resta liberdade de expressão e opinião. Mas não se pode deixar de notar que nessa

<sup>2</sup> Ver mais sobre o assunto em <<https://anistia.org.br/entre-em-acao/email/acao-urgente-presente-de-grego/>>. Acesso em 04 out. 2017.

<sup>3</sup> A definição do colonialismo interno está originalmente ligada a fenômenos de conquista, em que as populações de nativos não são exterminadas e formam parte, primeiro do Estado colonizador e depois do Estado que adquire uma independência formal, ou que inicia um processo de libertação, de transição para o socialismo, ou de recolonização e regresso ao capitalismo neoliberal. Os povos, minorias ou nações colonizadas pelo Estado-nação sofrem condições semelhantes às que os caracterizam no colonialismo e no neocolonialismo em nível internacional (...)’ (González Casanova, 2007, p.2).

opinião estavam contidas expressões totalmente imersas em colonialidade do saber e do poder (MIGNOLO, 2010) – “bases da cultura ocidental” e o conceito de arte [eurocêntrica e por isso compreendida como superior]. Sobretudo, o que surpreende é a tentativa de hierarquizar e distinguir as artes, seja por meio de censura, pela tentativa de criminalizar expressões artísticas.

Esses exemplos trazem à tona diversas facetas da sociedade brasileira colonizada e “cordial”<sup>6</sup>, que está mostrando, em diferentes situações e acontecimentos, machismo, racismo, xenofobia, intolerância religiosa, preconceitos sexuais, sociais, culturais etc. O que sempre esteve presente em terras tupiniquins, porém, tornou-se ainda mais explícito em tempos de hiperconectividade. Para cada uma dessas demonstrações sociais autoritárias, infelizmente temos cotidianamente exemplos próximos a nós, casos midiáticos de grande repercussão e debates públicos via redes sociais em ambientes digitais. Além disso, é nessa arena digital pública que encontramos ferrenhas expressões de preconceitos e de intolerâncias de todos os tipos.

### **Internet e mídias sociais: a visibilidade das intolerâncias**

Não quero aqui demonizar a internet, que tem diversas potencialidades, nem as mídias sociais. Acredito que ambas apresentam vantagens e desvantagens em nosso contexto social contemporâneo. Tampouco creio que sejam esses os meios de comunicação responsáveis por fomentar ou “criar” o cenário atual de intolerâncias diversas.

Para mim, o que se passa nesses espaços de debate em ambiente di-

<sup>4</sup> Trata-se da polêmica gerada com o cancelamento da exposição Queermuseu, no Santander Cultural, em Porto Alegre. A exposição iniciou em 15 de agosto e seguiria até o dia 8 de outubro, exibindo 270 obras de artistas nacionais e internacionais retratando as questões de gênero e diferença. Grupos cristãos, especialmente católicos, junto ao Movimento Brasil Livre fizeram boicotes, e outras ações, alegando que havia imagens que desrespeitavam símbolos religiosos católicos, e que as imagens remetiam à pornografia, pedofilia e zoofilia. Por conta dos protestos desses setores e do MBL, o Santander Cultural encerrou a exposição antecipadamente no dia 10 de setembro. No caso do MAM-SP, ocorreu uma polemica por conta da performance do artista Wagner Schwartz, que apresentou a performance de nu, *La Bête*, inspirada em um trabalho de Lygia Clark, no Museu de Arte Moderna (MAM), no Ibirapuera, Zona Sul de São



Foto: Roniel Felipe

gital reflete o que há anos estava posto no espaço público offline, presencial. Alguns fatores fazem com que nos últimos tempos nos deparemos com um grau elevado de intolerância, em espaços de discussão públicos, privados, online ou offline.

O que vem ocorrendo muito atualmente são estruturas e projetos de poder dicotômicos (esquerda x “nova” direita). Não atribuo isso às intolerâncias. Mas considero essa polaridade também como mais uma intolerância no contexto nacional. Além disso, creio que essa polaridade política não acrescenta ao debate, não de-

desenvolve as instituições (tradicionalmente imersas em personalismos típicos da cordialidade, como propôs Sérgio Buarque de Holanda) e muito menos contribui para o sistema político e com a democracia.

O que realmente deveria estar em jogo é o rompimento com colonialismos, projetos de poder que buscam explorar os potenciais brasileiros em prol de um suposto desenvolvimento do capital e da economia (de livre mercado) nacional. Nesse projeto de poder não há espaço para outros saberes, outras artes, para um projeto efetivo de estado nacional soberano.

Dessa maneira, quando, a partir de 2003, vê-se uma profusão de vozes, até então abafadas, emergir nas diferentes arenas de poder

Paulo. Tal acontecimento gerou polêmica nas redes sociais, por conta de um vídeo que viralizou no Facebook, o qual mostra quando uma criança toca no pé do homem. O mesmo MBL, utilizando-se do argumento similar ao do caso Queermuseu, divulgou vídeos criminalizando a performance.

<sup>5</sup> Ver artigo completo em <<http://midianews.com.br/opinioao/deu-a-loucas-mostras-de-cultura-e-arte/308346#>>. Acesso em 04 out. 2017.

público (conferências, conselhos, consultas públicas, orçamento participativo), bem como políticas sociais que garantem direitos às mulheres, aos indígenas, aos afrodescendentes, aos quilombolas, aos ribeirinhos e uma diversidade de atores sociais, tivemos uma pequena ruptura nesse projeto de poder hegemônico. Por isso, os debates atuais nas mídias sociais, carregados de ofensas e xingamentos cheios de intolerância com o outro, apenas vêm sendo explicitados porque ocorreu esse movimento inicial de ruptura, de mexer com as estruturas sociais. Não significa que antes não havia preconceitos, intolerâncias. As redes e mídias sociais na internet apenas ajudam a dar mais visibilidade a isso.

Mas, ao mesmo tempo em que tais canais de comunicação são usados para explicitar ódio, intolerância, preconceitos diversos, também podem e vêm sendo usados como ferramentas para a luta em prol da garantia de direitos. Campanhas via sites de petições online, páginas contra hegemonias no Facebook, Twitter e outras mídias sociais são alguns exemplos de como os usos da internet são aproveitados para a participação popular.

Essa grande arena pública digital tem um potencial que nenhuma outra mídia teve, seja para a memória, a conectividade, a divulgação etc.. Por isso, também cabe a cada indivíduo um exercício de empatia, buscar se colocar no lugar do outro e demonstrar respeito nos debates online e offline, ter responsabilidade com o que se divulga e compartilha, dentre outras ações. Por fim, acredito que as diversas intolerâncias sejam constantes em nossas estruturas sociais (família,

<sup>6</sup> A expressão-conceito “homem cordial” foi criada e descrita por Sergio Buarque de Holanda, no livro “Raízes do Brasil” (1936). Tal expressão é resultado da tentativa do autor criar um perfil psicológico do homem brasileiro. Para Buarque de Holanda, o homem cordial tende a agir mais com o coração do que com a razão. Agir mais com emoção e critérios pessoais em detrimento da objetividade e valores coletivos de interesse social.

escola, igreja, Estado) e que cabe a cada um de nós irmos rompendo com esses padrões de pensamento, do saber e do poder, para que possamos ter uma sociedade na qual as diversidades sejam realmente respeitadas.

#### Referências

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **Colonialismo interno (uma redefinição)**. En publicacion: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas Boron, Atilio A.; Amadeo, Javier; Gonzalez, Sabrina. 2007 ISBN 978987118367-8 Disponível <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.19.doc>

# ASSÉDIO SEXUAL É UMA REALIDADE NA VIDA PROFISSIONAL DAS MULHERES

Júlia Roscoe\*  
Laura Brand\*  
Luiza Couto\*

“Na hora eu não tive reação, tinha muitas pessoas perto e foi tudo muito rápido. Mesmo que o ato tenha sido ‘pequeno’ eu me senti enojada”. Essa é a fala de A.P., uma das muitas mulheres que sofre diariamente com o assédio sexual no trabalho. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), 52% das mulheres economicamente ativas já sofreram assédio sexual em todo o mundo.

<sup>6</sup> Com a supervisão de Maria Eustáquia Oliveira

Segundo a OIT, o assédio sexual é caracterizado como todo ato de insinuação, convites impertinentes, insultos, intimidações e contatos físicos forçados. No ambiente de trabalho o assédio pode vir não apenas de um superior hierárquico, como também de colegas e até mesmo de clientes e fornecedores.

Isabella Furtado tem 17 anos e trabalha como consultora de vendas. Seu trabalho consiste em divulgar produtos na internet e tirar dúvidas pelo WhatsApp e Facebook. Mesmo sem ter um contato pessoal com os clientes, o assédio ainda assim faz parte de sua rotina. “Muitas pessoas têm meu número e sempre surgem homens de todos os tipos me chamando e falando coisas que não são pertinentes ao trabalho”,



relata Isabella. “Já aconteceu de um homem que estava fechando o plano me chamar de ‘gostosa’ e outro que tinha acabado de adquirir o produto perguntar se seria muita ousadia saber onde moro”, relata.

Isabella conta que algumas vezes esses homens pedem que ela mande fotos pessoais e, por mais que ela responda que só conversa a respeito de assuntos pertinentes ao trabalho, o assédio não para. A consultora de vendas tenta ignorar o quanto pode e, apesar de nunca ter denunciado nenhum dos casos, limita-se a bloquear o assediador e impedi-lo de continuar mandando mensagens. “Mas também evito bloquear para não perder a venda, só quando eu vejo que a pessoa realmente só chamou nesse intuito ou passa muito dos limites”, afirma.

Outro tipo comum de assédio no ambiente corporativo é a agressão moral. O advogado João Paulo Kalil explica a diferença entre assédio sexual e o moral. “Essa confusão [entre conceitos] ocorre porque em diversos casos um assédio é decorrente do outro. Geralmente, o assédio moral é desencadeado pela quebra de expectativa do assediador ao não conseguir consumir os desejos sexuais. Assim, o assediador passa a agredir a vítima moralmente de forma frequente, por meio de tortura psicológica e situações vexatórias dentro da empresa”. Ele cita alguns exemplos como a ordem de execução de tarefas muito além e aquém da qualificação profissional da vítima, trotes aos que não alcançam suas metas de produção e vaias em caso de erros.

No ambiente de trabalho podem ocorrer dois tipos de práticas relacionadas ao assédio sexual, por chantagem ou por intimidação. “A conduta por chantagem está relacionada ao abuso de poder, por ex-

emplo, o “teste de sofá”, em que o empregador exige favores sexuais em troca de vantagens e promoções. Já a intimidação, também conhecida por assédio ambiental, acontece por meio de tratamentos indevidos que proporcionam um ambiente hostil à vítima, como contato físico forçado, propostas de encontros amorosos, observações sexistas e gestos ofensivos”, explica o advogado.

## **Produtividade no Trabalho**

D.M. é formada em marketing e já estava acostumada a conviver em um ambiente predominantemente masculino por ser essa era uma realidade em todas as agências em que trabalhou. Ela conta que isso nunca havia sido um problema até seu último emprego. Um dos analistas do seu setor era conhecido por fazer piadas de cunho machista e comentários ofensivos. “Ele falava coisas como ‘mulher de legging na academia, fazendo exercício, está pedindo para ser estuprada’ e todos os outros levavam na brincadeira, como se isso fosse motivo para piada”, ela desabafa. D.M. conta que ele começou a se aproximar dela, a se insinuar e a tocá-la.

Certa vez, o colega de trabalho passou a mão por seu braço: “eu fiquei muito brava e o olhei com cara feia e meu chefe, que já o conhecia de outra agência, disse ‘daqui a pouco ele estará pegando no peito dela’. Nisso, ele [o colega] avançou com as mãos sobre os meus peitos”, ela conta indignada. Mesmo com a conivência do chefe, D.M. reagiu de forma agressiva repreendendo o colega e ameaçando agredi-lo caso ele se aproximasse novamente. Ela relata que todos do escritório começaram a rir, deixando-a constrangida e desmotivada.

D.M. não buscou o setor de RH da empresa, mas relatou o acontecido para seu coordenador em busca de ajuda. O colega apenas foi repreendido. “Minha ansiedade piorou muito e minha medicação na época dobrou. Por causa disso minha produtividade caiu muito”, conta. Ela foi demitida algum tempo depois com a alegação de que havia cometido um erro considerado, por ela, como procedimento padrão. “O gerente ainda disse que eu não estava interagindo com a equipe, que ficava calada no canto. Quando eu expliquei o porquê, meu chefe desconversou, encobrindo o amigo mais uma vez”, relata.

Segundo Aline Sacramento, professora de Psicologia Organizacional da PUC Minas, é possível perceber que o indivíduo assediado tem uma alteração de comportamento no ambiente de trabalho. A vítima passa a ter baixa produtividade, não consegue alcançar suas metas e apresenta diminuição de resultados. “A gente [psicólogos organizacionais] também consegue identificar que há algo de errado pela própria expressão corporal da vítima. Ela se inibe e se isola, devido às sequelas psicológicas como mágoas, angústia, ansiedade, medo, vergonha e queda da autoestima”.

## **Conduta da Empresa**

A.P. trabalha como estagiária em uma emissora de televisão. “Assim que eu entrei no estágio, várias pessoas me alertaram sobre o comportamento do meu chefe. Ele estava de férias e ainda não o conhecia, mas ele tinha um histórico de abuso com funcionárias e ex-estagiárias”, conta. Logo antes do retorno do chefe, A.P. foi instruída por seu coordenador a não se impor, mas a dizer que tinha

namorado. Isso porque, dessa maneira, ela não seria alvo do chefe e não teria problemas.

“No dia em que o conheci, ele foi muito simpático e até duvidei do que o pessoal comentava. Mas já no segundo dia trabalhando com ele, quando a sala estava cheia, ele aproveitou o momento em que emprestei uma caneta para acariciar minha mão de um jeito diferente e obsceno”, conta. “No mesmo dia, ele acariciou meu ombro e desceu a mão até a altura dos meus seios. Assim que cheguei em casa procurei uma colega que já passou pela mesma situação com ele. Ela me disse para repreender e ser dura sempre que ele fizesse isso”.

A partir de então, seu chefe passou a se aproximar com frequência e a fazer perguntas de cunho pessoal. Em determinada situação, A.P. confessou que seu pai era policial e mentiu a respeito de ter um namorado. “Depois desse dia os toques diminuíram, mas ainda continuam. Assim que ele encosta em mim, eu tiro o corpo, mas não consigo repreender, tenho vergonha e medo do que pode acontecer”, desabafa. Ela acrescenta que, um estágio que começou com muita empolgação agora se tornou um fardo.

“O que orientamos é procurar o setor de RH para conversar, a fim de fazer uma advertência formal”, aconselha Renata Venades, psicóloga com dez anos de experiência na área de Recursos Humanos (RH). “O RH entra para mediar o conflito e aplicar as medidas cabíveis em termo de penalizações”, explica. Renata ressalta a importância de conversar com as duas partes envolvidas no caso de forma separada.

“Com a vítima, se escuta o que aconteceu. Como sou psicóloga peço

para que fale como se sentiu, até para ver o nível que esse assédio atingiu moralmente a pessoa”. O assédio pode ser sentido como um incômodo ou como algo mais grave, a mulher assediada pode se sentir invadida, ameaçada e até com medo. “Tento ouvir um pouco sobre o que de fato aconteceu e sobre a sensação, o sentimento, o que ficou ali para ela, até para saber se aquele assédio gerou algum tipo de transtorno psíquico e, se for o caso, tem que encaminhar para algum acompanhamento psicológico”, acrescenta.

Outro ponto destacado por Renata é a complexidade da conversa com o assediador. A psicóloga diz que é necessária uma conversa com o superior do assediador para decidir as medidas a serem tomadas pela empresa, conforme o depoimento do próprio assediador. Durante a conversa com o acusado, são explicadas as consequências legais e jurídicas caso a vítima decida prestar queixa à polícia, além disso, é preciso observar se há indícios de arrependimento e mudança de comportamento por parte do assediador.

## **Saúde Mental**

G.M. tem 24 anos e sofreu assédio quando trabalhava como analista de infraestrutura em uma empresa de TI. Ela conta que, por atuar em uma área predominantemente masculina, conviveu com o assédio de forma rotineira. Certa vez, um colega de trabalho passou a se aproximar e a conversar com frequência, mesmo assumindo que tinha namorada. Quando ele terminou o relacionamento, G.M. conta que o assédio aumentou e ele passou a persegui-la.

“Tive que começar a ser dura, a usar aliança para ele ficar longe de mim e ainda tinha que escutar que eu estava tratando-o mal e sendo grossa”, lembra. “Cheguei a relatar para o meu superior e ele disse: ‘homem é assim mesmo, deixa ele’”. Por esta no início da carreira, ela recebeu muitos conselhos de que não deveria denunciar, pois poderia perder sua credibilidade no mercado. Mesmo com a perseguição incessante por parte do funcionário, ela nunca denunciou e ele continua a perturbá-la, mesmo depois de cinco anos.

G.M. admite que tem dificuldade em denunciar seu assediador por medo de represálias e por não conseguir se impor. Ela sofre com transtorno de ansiedade e princípios de ataques de pânico: “saio para o banheiro no momento do assédio e começo a chorar ou fico paralisada esperando que o pior possa sair dali”, conclui.

“O assédio sexual cria um desconforto íntimo. O local de trabalho já não vai mais ser prazeroso para a pessoa, ela vai por obrigação e não por escolha”, afirma o desembargador do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), Sebastião Geraldo de Oliveira. “E esse conflito pode levar a transtornos mentais, insônia, adoecimento e mal-estar”, acrescenta. Além disso, ele afirma que, muitas vezes, o assédio pode representar um motivo de chacota perante os colegas, seja por causa de comentários ou apelidos pejorativos, o que causa um desconforto ainda maior no ambiente de trabalho.

## **Como Denunciar**

Por conta do assédio que sofreu, Angela Cardinot, 37, teve toda a sua

carreira e vida particular abaladas. Quando tinha 23 anos, trabalhava como secretária em um centro de terapias alternativas. Um dos funcionários passou a assediá-la insistentemente. Certo dia, ao final do expediente, Angela foi encurralada pelo funcionário que insistiu para que ela aceitasse uma carona. “Depois dele insistir muito, fui. Aí começou o inferno”, conta. “Ele me abraçou forçadamente e eu fugi.

No trabalho ele sentava na minha frente e ficava ali olhando pra minha cara e me cercando. Um dia meu patrão me repreendeu porque eu estava estranha com os clientes e acabei contando a história”, relata. Angela diz que o chefe lhe deu carta branca para se defender e dar um basta na situação. Quando o funcionário se aproximou indevidamente de novo, ela se impôs e exigiu que ele a deixasse em paz. Mesmo após ter confrontado o assediador, Angela decidiu largar o emprego. O problema foi levado à justiça um ano depois, quando o chefe de Angela se recusou a dar baixa em sua carteira de trabalho. Ela, que antes havia mantido sigilo em relação ao assédio, precisou expor a situação na audiência. Durante o processo, tanto o chefe quanto o funcionário negaram a versão de Angela sobre o assédio. “Queria deixar esse episódio enterrado mas não deu, tive que contar o motivo da minha saída”, conta. Ela ganhou o processo na justiça, mas não denunciou formalmente o assédio.

“Meu advogado deixou bem claro para a juíza que a questão do processo não era a respeito do assédio porque não queria me expor. Não fiz registro de ocorrência. Queria esquecer, deixar pra lá”, diz. O incidente foi traumático para Angela. “Eu não conseguia arrumar emprego porque nas entrevistas gaguejava toda vez que me pergun-

tavam porque eu tinha saído. A gota d'água foi na última entrevista quando chorei na frente de umas trinta pessoas”. Angela então desistiu de trabalhar e só voltou ao mercado de trabalho como autônoma dois anos depois. Hoje ela conta que faria diferente. “Eu poderia ter feito mais por mim, mas a gente fica com a cabeça perturbada e esquece-se de correr atrás dos nossos direitos”, pondera.

De acordo com os dados da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), no primeiro semestre de 2016, foram registrados 2.921 relatos de violência sexual pelo Disque 180. Entre essas denúncias, 173 se referiam a casos de assédio sexual no trabalho. Esses números, no entanto, não refletem a realidade do assédio no ambiente de trabalho. Sebastião Geraldo de Oliveira, desembargador do TRT, explica que existe uma diferença referente à forma com que a denúncia de assédio será feita. Caso a vítima opte por uma punição na área penal, quem responde pelo crime, caso seja comprovado, é o assediador, de acordo com o Art. 216-A do Código Penal introduzido pela Lei 10.224/01. No caso da busca por uma indenização, quem paga é a empresa.

A vítima pode recorrer a alguns órgãos para fazer a denúncia, entre elas o Ministério Público do Trabalho, a fiscalização do trabalho – um setor próprio para o recebimento de denúncias dentro do Ministério, sindicato da categoria, ouvidoria da empresa e RH.

O desembargador afirma que a grande maioria das vítimas não faz uma denúncia à polícia ou ao Ministério Público, ou seja, elas não procuram uma punição penal, elas buscam um advogado e entram



com um processo que tem como objetivo algum tipo de indenização. Sebastião Geraldo de Oliveira explica o processo: “O advogado vai entrar com uma ação na justiça exemplificando e descrevendo tudo que aconteceu com a vítima, caso tenha um laudo psicológico, este é anexado e é apresentada a indenização desejada. É marcada uma audiência para que a empresa processada apresente a defesa. Depois de ouvidas as alegações, o juiz exige provas ou testemunhas de ambas as partes. Ele colhe os elementos, julga e fixa a indenização”. De acordo com o desembargador, o prazo para que a denúncia seja feita é de cinco anos, enquanto a pessoa está trabalhando e dois anos depois que ela é dispensada. Após esse prazo o crime está prescrito, o que significa que, mesmo que ela tenha direito, não vai receber indenização pelo ocorrido.

Ele enfatiza a importância do acúmulo de provas para que se possa comprovar o assédio: “A simples palavra da vítima não é suficiente para gerar condenação. O juiz dirá que ela alegou, mas não comprovou”. Ele afirma que, aos olhos da justiça, acusador e acusado são iguais, têm palavras que têm o mesmo valor até que se prove o crime. “A vítima é quem tem que provar que sofreu assédio, se não provar, ela vai perder a demanda”, completa.

Pequenos bilhetes escritos pelo assediador, mensagens trocadas em redes sociais, comentários inapropriados feitos em público, podem ser provas valiosas para comprovar o assédio sexual no ambiente de trabalho. Testemunhas também podem corroborar com a denúncia.

## SOBRE OS COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

### Carlos Vinícius Lacerda

Mestrando em Comunicação Social pela PUC-MG e integrando do Observatório da Diversidade Cultural, Carlos Vinícius Lacerda trabalha também como gestor de comunicação em projetos culturais e assessor de comunicação. E-mail: vinnielacerda@gmail.com

### Alison Rosa

Professor na rede pública de ensino do estado de Minas Gerais, licenciado pela UFMG. Atua também em projetos educativos em espaços não-formais, além de colaborar como pesquisador em grupos de pesquisa diversos. Realiza atualmente o mestrado em artes pelo Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade do Estado de Minas Gerais.

### Dedro Vasconcelos Costa e Silva

Pedro Vasconcelos é jornalista e documentarista. Mestre em comunicação social pela PUC Minas e pesquisador do grupo Observatório da diversidade.

### Giordanna Santos

Pós-doutoranda e docente no Programa Estudos de Cultura Contemporânea (ECCO), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), pesquisadora no Núcleo de Estudos do Contemporâneo (NEC/UFMT) e do Observatório da Diversidade Cultural. Doutora em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia (UFBA).

### Júlia Roscoe

Graduanda em jornalismo da PUC Minas e colaboradora do ODC.

### Laura Brand

Graduanda em jornalismo da PUC Minas.

### Luiza Couto

Graduanda em jornalismo da PUC Minas.



# SOBRE O OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL

O Observatório da Diversidade Cultural – ODC – está configurado em duas frentes complementares e dialógicas. A primeira diz respeito a sua atuação como organização não-governamental que desenvolve programas de ação colaborativa entre gestores culturais, artistas, arte-educadores, agentes culturais e pesquisadores, por meio do apoio dos Fundos Municipal de Cultura de BH e Estadual de Cultura de MG. A segunda é constituída por um grupo de pesquisa formado por uma rede de pesquisadores que desenvolve seus estudos em várias IES, a saber: PUC Minas, UEMG, UFBA, UFRB e USP, investigando a temática da diversidade cultural em diferentes linhas de pesquisa. O objetivo, tanto do grupo de pesquisa, quanto da ONG, é produzir informação e conhecimento, gerar experiências e experimentações, atuando sobre os desafios da proteção e promoção da diversidade cultural. O ODC busca, assim, incentivar e realizar pesquisas acadêmicas, construir competências pedagógicas, culturais e gerenciais; além de proporcionar experiências de mediação no campo da Diversidade Cultural – entendida como elemento estruturante de identidades coletivas abertas ao diálogo e respeito mútuos.

## **Pesquisa**

Desenvolvimento, orientação e participação em pesquisas e mapeamentos sobre a Diversidade Cultural e aspectos da gestão cultural.

## **Formação**

Desenvolvimento do programa de trabalho “Pensar e Agir com a Cultura”, que forma e atualiza gestores culturais com especial ênfase na Diversidade Cultural. Desde 2003 são realizados seminários, oficinas e curso de especialização com o objetivo de capacitar os agentes que atuam em circuitos formais e informais da cultura, educação, comunicação e arte-educação para o trabalho efetivo, criativo e transformador com a cultura em sua diversidade.

## **Informação**

Produção e disponibilização de informações focadas em políticas, programas e projetos culturais, por meio de publicações e da atualização semanal do portal do ODC e da Rede da Diversidade Cultural – uma ação coletiva e colaborativa entre os participantes dos processos formativos nas áreas da Gestão e da Diversidade Cultural.

## **Consultoria**

Prestação de consultoria para instituições públicas, empresas e organizações não-governamentais no que se refere às áreas da cultura, da diversidade e da gestão cultural.com a temática da diversidade cultural refletem sobre a complexidade do tema em suas variadas vertentes.



# SOBRE O BOLETIM DO OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL

O Boletim do Observatório da Diversidade Cultural é uma publicação mensal em que pesquisadores envolvidos com a temática da diversidade cultural refletem sobre a complexidade do tema em suas variadas vertentes. Para colaborar com o Boletim, envie textos para: [info@observatoriodadiversidade.org.br](mailto:info@observatoriodadiversidade.org.br).

## **Expediente**

Coordenação geral: José Márcio Barros

Conselho Editorial:

Giselle Dupin - MINC - <http://lattes.cnpq.br/2675191520238904>

Giselle Lucena - UFAC - <http://lattes.cnpq.br/8232063923324175>

Humberto Cunha - UNIFOR - <http://lattes.cnpq.br/8382182774417592>

Luis A. Albornoz - Universidad Carlos III de Madrid - [http://portal.uc3m.es/portal/page/portal/grupos\\_investigacion/tecmerin/tecmerin\\_investigadores/Albornoz\\_Luis](http://portal.uc3m.es/portal/page/portal/grupos_investigacion/tecmerin/tecmerin_investigadores/Albornoz_Luis)

Núbia Braga - UEMG - <http://lattes.cnpq.br/6021098997825091>

Paulo Miguez - UFBA - <http://lattes.cnpq.br/3768235310676630>

Comissão editorial: José Márcio Barros e Giuliana Kauark

Revisão editorial: José Márcio Barros e Giuliana Kauark

Revisão de texto: Camila Alvarenga, Amanda Barros e Carlo Ferrara

Diagramação: Carlos Vinícius Lacerda

## **Contato**

[info@observatoriodadiversidade.org.br](mailto:info@observatoriodadiversidade.org.br)

[www.observatoriodadiversidadecultural.com.br](http://www.observatoriodadiversidadecultural.com.br)